

Fronteiras da fronteira sul: Entre (re)planejamento territorial e (re)distribuições populacionais¹

Abbdel Camargo²
Sergio Prieto³

Recebido em: 10/09/2022

Aprovado em: 02/11/2023

Resumo: O artigo explora, analisa e reconstrói os significados, o escopo e as contradições da relação entre territórios, fronteiras e (in)mobilidades populacionais no espaço fronteiriço entre o sul do México e a América Central. Com base nessa reconstrução e na perspectiva que se intui para esse espaço fronteiriço, é apresentada uma proposta analítica, entrelaçada em duas propostas conceituais: território denso e vórtice migratório, em que os pressupostos são condensados para abordar a inter-relação entre a fronteira e as (in)mobilidades humanas. Para tanto, a região é desconstruída em dois espaços fronteiriços específicos e particulares, mas intimamente integrados: o sul da fronteira sul, com os estados de Chiapas e Oaxaca como altamente representativos dos processos de (in)mobilidade humana; e o norte da fronteira sul, composto pelos estados de Quintana Roo, Yucatán, Campeche e Tabasco, onde o impacto dos rearranjos territoriais em andamento encerra a reconfiguração da fronteira tradicional.

Palavras-chave: Fronteira(s) sulista(s); (in)mobilidades; fronteira; território denso; vórtice migratório.

Fronteras de la Frontera Sur. Entre (re)ordenamientos territoriales y (re)distribuciones poblacionales

Resumen: El artículo explora, analiza y reconstruye los sentidos, alcances y contradicciones de la relación entre territorios, fronteras e (in)movilidades poblacionales en el espacio fronterizo del sur de México con

¹ Este artigo é resultante da tradução do capítulo “Fronteras de la frontera sur. Entre (re) ordenamientos territoriales y (re)distribuciones poblacionales”, publicado no livro *Migraciones centroamericanas en México. Procesos socioespaciales y dinámicas de exclusión* (2022), organizado por Guillermo Castillo Ramírez.

² Professor no Colegio de la Frontera Sur (CONAHCYT-ECOSUR), Tapachula, México. E-mail: abbdel.camargo@ecosur.mx. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8038-8089>

³ Professor no Colegio de la Frontera Sur (CONAHCYT-ECOSUR), Campeche, México. E-mail: sergio.prietodiaz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3548-1903>

Centroamérica. A partir de dicha reconstrucción, y de la prospectiva que se intuye para este espacio fronterizo, se presenta una propuesta analítica entrelazada en dos propuestas conceptuales: territorio denso y vórtice migratorio, en las que se condensan los presupuestos para abordar la interrelación entre lo fronterizo y las (in) movilidades humanas. Para ello la región se deconstruye en dos espacios fronterizos concretos y particulares, pero íntimamente integrados: el Sur de la Frontera Sur, con los estados de Chiapas y Oaxaca como altamente representativos de los procesos de (in) movilidad humana; y el Norte de la Frontera Sur, conformado por los estados de Quintana Roo, Yucatán, Campeche y Tabasco, donde el impacto de los reordenamientos territoriales en marcha cierra la reconfiguración de la frontera tradicional.

Palabras-clave: Frontera(s) Sur; (in) movilidades; fronterización; territorio denso; vórtice migratorio.

Southern frontiers: Between territorial (re)planning and population (re)distribution

Abstract: This article explores, analyses and reconstructs the meanings, scope and contradictions of the relationship between territories, borders and population (in)mobility in the border area between southern Mexico and Central America. Based on this reconstruction and the perspective that is intuited for this border space, an analytical proposal is presented, intertwined in two conceptual proposals: dense territory and migratory vortex, in which the assumptions are condensed to address the interrelationship between the border and human (in)mobilities. Therefore, the region is deconstructed into two specific and particular, but closely integrated, border spaces: the south of the southern border, with the states of Chiapas and Oaxaca as highly representative of the processes of human (in)mobility; and the north of the southern border, made up of the states of Quintana Roo, Yucatán, Campeche and Tabasco, where the impact of the territorial rearrangements underway ends the reconfiguration of the traditional border.

Keywords: Southern border(s); (in)mobilities; frontier; dense territory; migratory vortex.

Introdução

Atualmente, multiplicam-se as imagens dramáticas que o desenvolvimento do mundo moderno e industrial gerou em torno dos processos de deslocamento forçado e da (in)mobilidade humana em diferentes partes do mundo. As desigualdades, a violência e os conflitos decorrentes da luta pelo controle de territórios e do extrativismo de suas riquezas têm dinamitado as possibilidades de permanência em grandes regiões do Sul Global, forçando o deslocamento de suas populações. O modelo de pensamento associado a esse desenvolvimento tem se materializado historicamente em uma diversidade de políticas e projetos que passaram da acumulação original marxista para a acumulação por desapropriação (Harvey, 2004), até chegar à acumulação por extermínio (Zibechi, La Jornada, 08/07/2016) no que diz respeito às condições de vida dessas populações, suas identidades e culturas, os lugares que habitam e as circunstâncias

em que esses deslocamentos, tanto voluntários quanto forçados, são realizados (Canales, 2013).

A criação, a multiplicação e a presença de coletivos humanos em êxodo envolveram uma série de dinâmicas complexas e, muitas vezes, violentas⁴, uma vez que os fluxos, sistemas e corredores migratórios atuais são configurados com base em processos históricos existentes, atraindo novos atores⁵ e impulsionando o redesenho de instituições, marcos legislativos e paradigmas de políticas migratórias, com resultados positivos e negativos tanto no corpo social quanto no quadro territorial (Domenech, 2013). Esses não são fenômenos novos, mas processos em contínua transformação moldados por múltiplas experiências e subjetividades, vinculados a dinâmicas conjunturais e estruturais que entrelaçam permanentemente as escalas local, regional e global (Duvell, 2003). Nossa hipótese inicial é que no estágio atual, seguindo Harvey (2016), configuram-se “formas espaciais” desiguais que se materializam em disputas geopolíticas e geoterritoriais, e onde as formas de (in)mobilidade desempenham um papel central nos processos de reordenamento territorial em curso (Gregory, 1989). Essas formas espaciais, desiguais, mas complementares, estão sendo explicitadas em territórios específicos do que hoje é conhecido genericamente como a “fronteira sul do México”.

Dentro dessa lógica histórica, um dos exemplos mais significativos do vínculo entre territórios disputados e (in)mobilidades humanas refere-se à implementação de megaprojetos de desenvolvimento⁶ (Márquez Covarrubias, 2010), também conhecidos como "projetos de reordenamento territorial". Este texto propõe um olhar que evidencia e aprofunda a interconexão entre esse tipo de projetos de grande escala (físicos e simbólicos) e os diferentes processos de (in)mobilidades que ocorrem na região transfronteiriça entre o México e a América Central, um espaço de transição paradigmático entre o Norte e o Sul Global⁷.

⁴ A violência refere-se à violência presente na origem - os motores da mobilidade -, no trânsito e até mesmo no retorno - especialmente a violência forçada, como as deportações. Essa violência, especialmente a violência governamental, relativiza o paradigma global da migração "legal, ordenada e segura", bem como a doutrina de governança e a noção de segurança humana. No entanto, há também ameaças de mudanças climáticas ou desastres naturais - furacões, terremotos, vulcões.

⁵ Pessoas de diferentes origens em diferentes situações de mobilidade, sociedade civil, voluntariado, comunidades e movimentos pró e contra migrantes, grupos corporativos, instituições governamentais, organizações religiosas, organizações internacionais, mídia, academia.

⁶ Algumas das áreas em que esses megaprojetos estão sendo considerados são: infraestrutura de transporte, mineração, petróleo, fracking, gasodutos, hidrelétricas, energia renovável, programas de conservação da natureza, monoculturas, agroquímicos, empreendimentos imobiliários e turísticos.

⁷ Por Sul (e Norte) global nos referimos a uma caracterização do mundo que não é geográfica, mas geopolítica, que enfatiza a manutenção da dinâmica de poder e a hegemonia de algumas regiões sobre outras, que podem ser Estados-nação ou territórios específicos dentro de um Estado-nação, de modo que há Suls nos Nortes e Nortes nos Suls (De Sousa, 2011). Essa estrutura analítica recupera elementos do discurso sobre colonialismo de Aimé Césaire

Neste artigo, partimos de uma concepção de território como um espaço integral dotado de sentido e significado, que permite a evolução das sociedades humanas, o ambiente natural e o desenvolvimento da vida. A "territorialidade" implica a luta ontológica e a disputa entre diferentes visões de posse e uso da terra, a relação com a natureza e o exercício da soberania, por meio da definição, da justificativa e da naturalização de múltiplas fronteiras que vão além da noção administrativa tradicional. Portanto, partimos do pressuposto de que os processos de territorialização estão intimamente ligados aos processos de fronterização dos territórios, à medida que relações de dominação e controle são exercidas sobre eles, em uma luta entre a soberania interna e a hegemonia externa. Isso implica reconhecer os impactos que a ação governamental e os agentes transnacionais e privados desenvolvem com a implementação de programas e planos estratégicos, e como estes se relacionam com os diferentes grupos sociais assentados nos territórios que costumam ser removidos ou forçados a se deslocar, ou com aqueles contingentes que são atravessados, passam ou chegam a esses mesmos espaços para se inserir nos mercados de trabalho designados (Estupiñan, 2014). Essa relação, que vincula a geopolítica e a geoestratégia dos territórios aos sistemas de mobilidade populacional, sustenta o regime neoliberal e o paradigma da securitização na região (Monmonier, 2012).

Dentro dessa estrutura, apresentamos uma série de propostas conceituais para estabelecer a relação entre as formas de organização territorial e a redistribuição da população no espaço fronteiro do sul do México, buscando enfatizar o surgimento e a interconexão entre as múltiplas formas de (in)mobilidade e os processos de fronteira. Assim, o foco da análise da questão da fronteira está na transformação, adaptação e inter-relações entre as (in)mobilidades humanas com relação às territorialidades regionais. Este é um texto prospectivo, no qual revisamos metodologicamente e recuperamos os elementos-chave para uma nova abordagem de seus processos e características, a fim de propor uma nova estrutura de interpretação conceitual que permita a ligação de processos geralmente analisados separadamente.

O artigo está dividido em quatro seções e algumas conclusões gerais. Nas duas primeiras, procuramos mostrar a complexidade da dinâmica territorial fronteira e sua articulação com os

(Martinica, 1950), Franz Fanon e seus *"condenados da terra"* (Haiti, 1965), a *"teoria da dependência"* da CEPAL (Gunder Franck, Marini, Furtado, Cardoso e Faletto, 1950-1970), a *"perspectiva centro-periferia"* de Prebisch (Argentina, 1949), a *"filosofia da libertação"* de Dussel (Argentina, 1973), a *"pedagogia do oprimido"* de Freire (Brasil, 1968) e até mesmo o Sistema-mundo de Wallerstein (1974), precedentes notáveis da corrente latino-americana de pensamento decolonial.

processos de (in)mobilidade humana na região, ilustrando os processos de fronteira. Na terceira, estabelecemos as características particulares e os campos de interação e complementaridade em duas regiões fronteiriças do México: a zona costeira (sul) e a zona peninsular (norte), onde ocorrem processos diferenciados de organização territorial e redistribuição populacional. Na quarta seção, apresentamos provisoriamente uma proposta teórico-conceitual múltipla e encerramos com algumas conclusões gerais.

A (in)mobilidade da população e a fronteira

A história da expansão da modernidade⁸ é a história da disputa, da diferenciação e da distribuição do mundo por meio do controle de territórios. Essa distribuição continuou a se expandir do territorial para o simbólico, por meio da universalização de sentidos, percepções, imaginários e construções socioculturais específicas, como etnia, classe social, gênero ou diferença racial. Nesse processo, o território logo se vinculou à noção de limites, distinguindo e consolidando fronteiras ligadas aos estados-nação nascentes. A fronteira tradicional, uma expressão física da soberania e do poder centrado no Estado, refere-se, portanto, a uma separação administrativa baseada no exercício da autoridade sobre diferentes porções do território.

As fronteiras constituem espaços territoriais e ontológicos privilegiados para a compreensão dos fenômenos e processos sociais que ocorrem em territórios disputados, onde se reproduzem o dinamismo e a complexidade da relação entre grupos humanos e comunidades, nações políticas e ecossistemas. As fronteiras são, portanto, paradoxo e paradigma, pois delimitam as diferenciações entre nós e os outros, definem as margens do exercício do poder do Estado e da distinção entre pertencimento e exclusão (cidadania e estrangeirismo) por meio do controle das fronteiras nacionais.

A noção de fronteira (e a fronteira) articula e relaciona o geopolítico com um espaço semântico que dá sentido aos processos que ocorrem nos territórios que ela circunda (Nail, 2016). Para Canto (2016), as fronteiras são espaços dinâmicos, daí a necessidade de dar sentido histórico e contextual ao estudo da fronteira, uma vez que seu surgimento é forjado pelas

⁸ Entendemos a modernidade como o projeto ideológico que emana de uma matriz eurocêntrica de pensamento que tentou se impor por meio de imaginários supostamente universais, como "democracia", "desenvolvimento", "progresso", "pobreza", entre outros. É essa premissa que fundamenta o pensamento decolonial indiano (consulte Dipesh Chakrabarty, S/F) e sua recuperação pela corrente decolonial latino-americana.

práticas e identidades que ali convergem. As fronteiras "não representam um ponto fixo no espaço ou no tempo, mas simbolizam uma prática social de diferenciação espacial" (Hernández e Campos, 2015: 45). Assim, a dinâmica político-administrativa da formação dos estados-nação está ligada à delimitação do que é próprio e do que é estrangeiro e à criação de um *pertencimento que inscrevemos* nesse território.

Em uma perspectiva histórica, uma das funções centrais das fronteiras tem sido estabelecer e estruturar diferenças. No continente americano, por exemplo, as fronteiras foram impostas como mecanismos para "ordenar o novo mundo" com base em novas relações de poder (Popescu, 2011) e orientadas para a normalização das diferenças sob esquemas ideológicos: centro e periferia, desenvolvimento e atraso, branco e não branco. Para tanto, foi necessário conferir determinados atributos ideológicos a esses territórios e povos, construídos e representados ora como paradisíacos, vazios e baldios, ora como marginais, atrasados, conflituosos e ingovernáveis (Amilhat e Rouvière, 2009; Camargo, 2020), o que justificou e legitimou intervenções centralistas ou interferências externas.

Assim, o controle de territórios e recursos estratégicos (naturais ou humanos) promoveu o surgimento de fronteiras - outras em que a fronteira é continuamente delimitada, incorporando-se à presença e à transcendência de processos complexos de (in)mobilidade humana (Gustafson, 2009). Com essa noção, podemos abranger o amplo espectro de possíveis movimentos populacionais, com ênfase na análise histórico-estrutural que vai além dos eventos conjunturais. Dessa forma, a consideração das múltiplas formas de (in)mobilidade populacional é problematizada juntamente com a análise dos marcos regulatórios ou da arquitetura institucional ou das infraestruturas criadas para o cuidado, o controle e a gestão dos fluxos e territórios fronteiriços. Assim, a (in)mobilidade integra o espaço, pois, junto com as pessoas, os territórios também se deslocam, gerando outros novos territórios ou "imagens geográficas" (Claval, 1999) - na origem, no trânsito e no destino - nos quais a fronteira desempenha um papel central.

Em direção ao "transbordamento" das fronteiras tradicionais para outras fronteiras.

O território e a fronteira geralmente formam uma simbiose que tende ao conflito, pois ambas as categorias podem ser entendidas como campos sociopolíticos relacionados à medição e à fragmentação da terra, à distribuição e ao controle do terreno, de acordo com uma

conceituação dos Estados modernos que concebem o território nacional como um espaço abstrato, bidimensional, homogêneo, mensurável e contínuo, claramente delimitado por fronteiras lineares que promovem um senso de demarcação. Esse é o caso da fronteira sul do México, onde, a partir da segunda metade do século XX, os eventos tiveram uma forte influência nos discursos e práticas relacionados ao território e à segurança e, portanto, aos movimentos populacionais e ao gerenciamento de fronteiras. Fundamentalmente, a partir da década de 1980, surgiu uma nova fase na dinâmica da fronteira devido à chegada de refugiados do conflito armado em El Salvador e, mais tarde, em maior número, de guatemaltecos. Durante esse mesmo período, o maior número de pessoas dos países do norte da América Central (Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua) se estabeleceu na região sul do México, especialmente no estado de Chiapas, criando e aproveitando os laços familiares e históricos nessa região de fronteira para permanecer no país. Muitos deles foram posteriormente realocados para os estados de Campeche e Quintana Roo, com o apoio da Comissão Mexicana de Ajuda aos Refugiados (COMAR) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Desde então, uma memória enraizada no movimento de pessoas foi consolidada em toda a região, e a dinâmica da migração e do trabalho definiu amplamente as relações históricas e culturais dessa área de fronteira.

Essa memória migratória que acompanha a própria gestação dos espaços fronteiriços tomou outro rumo a partir da década de 1990. Os centros fronteiriços de Talismán e Ciudad Hidalgo, em Chiapas, tornaram-se os pontos de entrada mais importantes para toda a fronteira sul do México, expandindo-se nos anos 2000 para Tenosique, Tabasco, onde milhares de migrantes em trânsito, principalmente da América Central - e mais tarde da América do Sul, do Caribe, da Ásia e da África - entraram para chegar aos Estados Unidos e ao Canadá. Desde então, essa região tem estado sujeita a tensões e conflitos sobre o gerenciamento de recursos e a dinâmica populacional.

É por isso que, de acordo com Basaíl (2018: 105), estamos interessados em "realizar uma atualização reflexiva dos significados e narrativas da fronteira, propondo uma análise da fronteira do México com a Guatemala e Belize como uma fronteira sul do norte global com uma gramática territorial complexa". Para isso, propomos falar de "fronteira" como uma categoria que define os processos de interação – tensa – entre indivíduos e grupos, territórios, instituições e relações históricas cuja dinâmica vai além da demarcação nacional. Assim,

estamos nos movendo do conceito de fronteira rígida, como um determinante da soberania do Estado, para a formulação de processos de "borderização" (Grimson, 2003), em que os espaços que delimitam as linhas divisórias internacionais estão se movendo e se reproduzindo de diferentes maneiras dentro dos países e suas derivações regionais (Besserer, *et.al.*, 2008). Historicamente, considera-se que há uma interdependência significativa entre as nações e os territórios fronteiriços que compartilham esses espaços fronteiriços, mas, ao mesmo tempo, exalta-se a diferença marcante entre esses mesmos territórios e os processos que são vivenciados em ambos os lados das linhas de fronteira entre os países, incluindo as origens das nações, seus processos históricos, o idioma, as identidades nacionais e regionais, a racialização de suas populações, as atividades produtivas e suas distâncias econômicas, entre muitos outros. Esses campos de "diferenciação" facilitam a distinção de sociedades, culturas e territórios, pois são estabelecidos com base em narrativas ideológicas materializadas em campos "naturalmente" descontínuos (Gupta e Ferguson, 2008), como identidades racializadas, nativismo, cor da pele, religião ou nacionalidade. A complexidade e o dinamismo dessa "descontinuidade" é o que chamaremos aqui de *fato fronteiriço*, pois é dado como certo que a diferenciação é a forma constitutiva das relações existentes nesses *territórios fronteiriços* à medida que o significado é dado à série de processos associados às noções de ruptura, rompimento e distinção que exaltam a fronteira.

Nesse sentido, propomos o uso da categoria "fronteira" em sua qualidade de dobradiça, como metáfora do limite onde se forja a noção aparentemente contraditória de contato, bem como a diferenciação entre países e territórios descontínuos. A constituição do que aqui definimos como territórios-fronteira e suas reconfigurações ao longo do tempo são de grande relevância político-geoestratégica, uma vez que a "fronteira" inter-relaciona intimamente o território com seus limites, controle e exploração, a ação governamental que o orienta e define e as populações humanas que o habitam, abandonam, ocupam ou transitam.

A complexidade e o dinamismo desse "fato fronteiriço", desenvolvido na fronteira do território nacional do sul do México, facilitam o estabelecimento da relação histórica entre campos fundamentais: a fronteira, os territórios fronteiriços, as (in)mobilidades populacionais e a experiência de coletivos de migrantes e residentes. Aqui, a fronteira limita a noção dos limites do ambiente nacional para se posicionar como uma dobradiça relacional de processos amplos de significado regional e hemisférico. Caracterizamos o território a partir de dois

significados complementares: por um lado, em sua qualidade material, como referente espacial em que a fronteira se materializa em sua dimensão geográfica dotada de recursos e bens do "natural"; por outro, em sua dimensão relacional, em que interagem processos, história, coisas, seres e todas as suas experiências de mobilidade e permanência; e a experiência das populações (residentes e migrantes), que vivem e viveram esse espaço físico que pode ser de trânsito, permanência, contenção e até mesmo como um território - apenas imaginado.

Atualmente, a mobilidade populacional no México tem se subordinado a um modelo que regula os fluxos populacionais de acordo com um interesse geoestratégico centrado nos Estados Unidos e no bloco do norte global. Assim, os fluxos populacionais são moldados por uma articulação entre mobilidade e imobilidade em ambas as fronteiras do país. Esse processo duplo é característico das zonas de fronteira do México e deve ser entendido como parte de um fenômeno global de mobilidades humanas (Coubès, Velasco e Zolniski: 28: 2009) e deslocamentos populacionais, bem como dentro de uma nova gestão de mobilidade baseada em confinamento, controle e deportação. De fato, esses territórios fronteiriços tornam-se nós intermediários que articulam cadeias migratórias - locais, regionais, nacionais e internacionais - em suas diferentes formas - migração irregular, deportação, deslocamento forçado, refúgio, apatridia - com diversos elementos econômicos, produtivos e geoestratégicos. Em outras palavras, o território adquire então uma qualidade densa⁹. É importante, então, registrar na experiência e na memória dos indivíduos (e de seus grupos de pertencimento) as histórias de mobilidade, assentamento, enraizamento e violência nessa densa fronteira onde as pessoas vivem - viveram -, transitam - transitaram -, passam a noite - passaram a noite - ou são forçadas a "estar". Uma história de longa data que tem suas origens na memória da colônia e que se aprofundou desde a implementação de um modelo econômico que tende a forçar uma grande parte da população a viver nas "margens do mundo".

Da fronteira sul do México até as fronteiras do sul do país

Em termos administrativos, a fronteira sul do México se estende por 1.138 quilômetros, 962 quilômetros com a Guatemala e 176 quilômetros com Belize, conforme estabelecido em tratados de limites no final do século XIX. Com a Guatemala, envolve os estados mexicanos de

⁹ Essa densidade, suas funções e características, é desenvolvida como uma proposta conceitual na seção três deste documento.

Chiapas (654 quilômetros), Tabasco (108 quilômetros) e Campeche (194 quilômetros), e os departamentos guatemaltecos de San Marcos, Huehuetenango, Quiché e Petén. Mais ao norte, Campeche e Quintana Roo fazem fronteira com os distritos de Corozal e Orange Walk, em Belize. A fronteira sul como um todo se destaca por sua diversidade e riqueza, tanto em recursos naturais quanto em culturas, povos e tradições: no lado mexicano estão os povos e idiomas Cakchiquel, Chol, Jacalteco, Konjabal, Lacandon, Mame, Mochó, Tojolabal, Tzeltal, Tzotzil e Zoque (Chiapas); Chontal e Chol (Tabasco); Maya (Campeche e Quintana Roo). Na Guatemala, maia, quechí, chuj, mam, kanjobal e ixil. E em Belize, espanhol, inglês, a variante menonita do flamengo, maia e uma variante do chinês (Fábregas Puig, 2013).

O censo de 1990 (INEGI, 1990) refletiu uma população de 1.336.312 pessoas nesses territórios: 61,3% em Chiapas, 7,1% em Tabasco, 18,6% em Campeche e 12,9% em Quintana Roo. Em 2010, a população foi estimada em 1,6 milhão de pessoas, 74% delas em Chiapas (42% somente em Tapachula e Ocosingo), 7% em Tabasco, 4% em Campeche e 15% em Quintana Roo (INEGI, 2010). Juntos, a população desses 4 estados, que representa 8% da população nacional, ocupa 11% de um território com um valor muito alto em termos de riqueza natural (Comisión de Asuntos Fronterizos Sur del Senado, 2016): 19 dos 50 rios e regiões hidrológicas prioritários; 70% da biodiversidade da América do Norte, 80% de toda a biodiversidade do México e 90% da diversidade de espécies cultivadas de origem americana; 69% da água doce disponível no país e 99% dos hidrocarbonetos (CONABIO, 2020; CONAGUA, 2018). Esse contexto de baixa densidade populacional e alta diversidade de recursos valiosos geralmente serve como justificativa para promover a ocupação e a produção desses territórios (Ceceña e Prieto, 2020).

Assim, o *território que faz fronteira com a fronteira sul do México*, historicamente classificado como "região atrasada/improdutiva", "terra devastada", "vazio demográfico", mas ao mesmo tempo uma "fonte de recursos", destaca-se por sua diversidade ecossistêmica, histórica, social e cultural e por uma historiografia complexa ligada a processos demográficos e conflitos sobre sua ocupação e controle territorial, bem como sua dinâmica migratória.

Na história moderna, a fronteira tradicional do México com a Guatemala e Belize, que, devido às suas próprias características geográficas, é considerada uma "fronteira porosa e ingovernável", foi desterritorializada e reconceitualizada em pelo menos três ocasiões: uma ao considerar o México, em sua totalidade, como uma "fronteira vertical" ou "país-fronteira" (Sandoval, 2009), em que as políticas de controle migratório não são aplicadas ao longo da linha

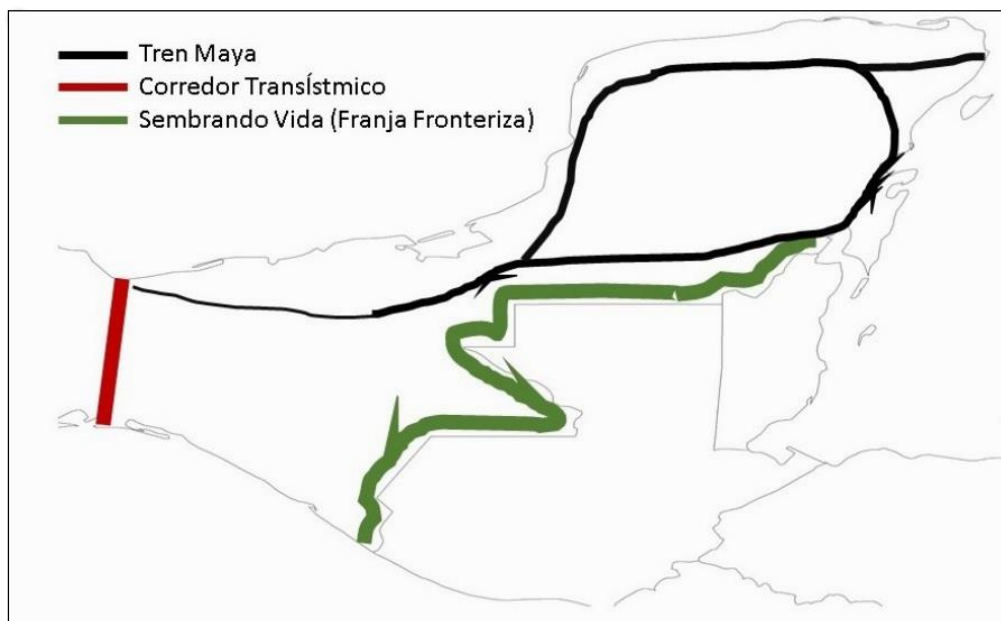
horizontal de separação nacional, mas de sul a norte em todo o território. Essa noção foi expressa na multiplicação dos chamados "cinturões de controle" durante os seis anos de mandato de Vicente Fox, constituídos como três espaços de intenso controle migratório sobre as rotas seguidas pelos migrantes. Posteriormente, como um "país-tampão", como resultado da aplicação do Plano de Fronteira Sul durante o mandato de seis anos de Enrique Peña Nieto, que reforçou a vigilância da "Besta"¹⁰ e exacerbou o controle migratório e as políticas de detenção ao sul do Istmo. Esse é o antecedente imediato das políticas de militarização do atual mandato de seis anos, que, dadas as várias impossibilidades de expulsão de migrantes, assemelha-se a um "país-prisão" em que os espaços fronteiriços operam como territórios de espera e confinamento, resultando nas formas de (in)mobilidade que caracterizam esses tempos (Prieto, 2021).

Entretanto, a coexistência de múltiplas regionalizações possíveis e territorializações sobrepostas (Prieto e Benítez, 2020) mostra a complexidade e o conflito analítico nessa região quando se trata de delimitar e analisar as diferentes fronteiras e os projetos que as impactam. Podemos reduzir significativamente essa complexidade por meio de um mapa que mostre não apenas as fronteiras nacionais, mas também os contornos de três grandes megaprojetos em andamento na região: o Trem Maia, o Corredor Transistêmico e o programa federal Sembrando Vida, em sua orientação "Faixa de Fronteira"¹¹. Em torno de seus contornos e lógicas subjacentes, esboçaremos como uma variedade de Outros de Fronteira, tanto físicos quanto imateriais, emergem, contrastam e se inter-relacionam, e como eles estão ligados aos diferentes processos de (in)mobilidade humana que os caracterizam. Esse é um dos sentidos em que a noção de *Southern Border Borders* (Jan de Vos, 1993) merece ser recuperada e tomada como ponto de partida para atualizá-la e adaptá-la aos processos que consideramos aqui, com ênfase nas (in)mobilidades humanas.

¹⁰ Trem que liga as fronteiras do México, usado por migrantes em sua jornada para os Estados Unidos. *La Bestia* refere-se ao seu grande perigo, pois eles podem ser sequestrados, agredidos, estuprados, etc., ao longo do caminho. Até o mandato de seis anos de Enrique Peña Nieto, com a renacionalização da rota Chiapas-Mayab, o trem tinha sido a exceção em termos de reforço dos controles migratórios em mandatos anteriores de seis anos, embora sempre estivesse sujeito ao controle de outros grupos do crime organizado.

¹¹ Além desses três grandes megaprojetos sobre os quais decidimos nos concentrar, a região é atravessada por uma multiplicidade de outros megaprojetos, incluindo parques eólicos no istmo de Tehuantepec, fazendas de porcos e galinhas em Yucatán, resorts turísticos na Riviera Maya, atividades agrícolas de colônias menonitas em Campeche, extração ilegal de madeira em Campeche e Chiapas e um longo etc.

Figura 1: Fronteira Sul e Fronteira Sul-Outras Fronteiras



Fonte: Elaboração própria.

A imagem mostra o território fronteiriço do México com a Guatemala, desde os estados de Oaxaca e Veracruz até os departamentos da Guatemala e de Belize anexados à linha de fronteira, incorporando não apenas a delimitação da fronteira entre os estados, mas também as linhas seguidas pelos projetos de reordenamento territorial em andamento, linhas que, como as estradas originais em territórios não controlados, são estrada e fronteira ao mesmo tempo. A imagem nos permite visualizar como a geografia do sul do México favorece sua função como um espaço de contenção para o deslocamento humano: o Istmo de Tehuantepec (onde está localizado o megaprojeto do Corredor Transistêmico) permitiria uma fronteira 15 vezes mais estreita do que a fronteira norte do México com os Estados Unidos, um espaço geoestratégico para o comércio mundial e muito menos poroso e mais governável do que a fronteira administrativa centrada no estado. A região ao sul desse território, que já tem uma forte tradição como *zona de expulsão* das populações locais, pretende se tornar uma *zona de confinamento* tanto para a população local com espírito migrante quanto para as caravanas que passam em direção aos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, está sendo construída como uma *zona de atração* para a indústria, as maquilas, o investimento privado, o turismo, a urbanização e a especulação imobiliária: atividades que são anunciadas como um ancoradouro

para os deslocados pelo trabalho, pela ecologia, pela cultura e pela violência. Mas também está se configurando como uma *zona de circulação dentro da qual* tanto os confinados quanto os atraídos poderão se deslocar para onde forem necessários.

A configuração dessas quatro zonas entre o istmo e a fronteira tradicional nos permite vislumbrar as múltiplas articulações entre as duas principais categorias apresentadas neste artigo, bem como a diversidade de bordas e particularidades que elas contêm. Portanto, é necessário dar uma olhada complexa nesses territórios fronteiriços e nos processos de (in)mobilidade humana que os atravessam e os caracterizam. O termo "fronteira sul" esconde uma diversidade de situações fronteiriças que, longe de serem antagônicas, são articuladas e complementares com base em uma variedade de elementos. O contexto contemporâneo de delimitação da "fronteira" (e da "fronteira sul") merece uma visão renovada que leve em conta os desenvolvimentos teórico-conceituais anteriores, mas que esteja aberta a uma interpretação orgânica e dinâmica, continuamente adaptável à modificação de conjunturas não apenas locais ou regionais, mas também hemisféricas e globais.

Para esse exercício, nossa proposta começa com um questionamento da noção tradicional de "fronteira sul do México", que se desdobra na incorporação de processos transfronteiriços em pelo menos duas "fronteiras da fronteira sul": o sul (Chiapas, Oaxaca), caracterizado principalmente por fortes processos de (in)mobilidade interna e transnacional, e o norte (Tabasco, Campeche, Yucatan e Quintana Roo), onde se destaca a proliferação de megaprojetos voltados para a reordenação de territórios e de suas populações.

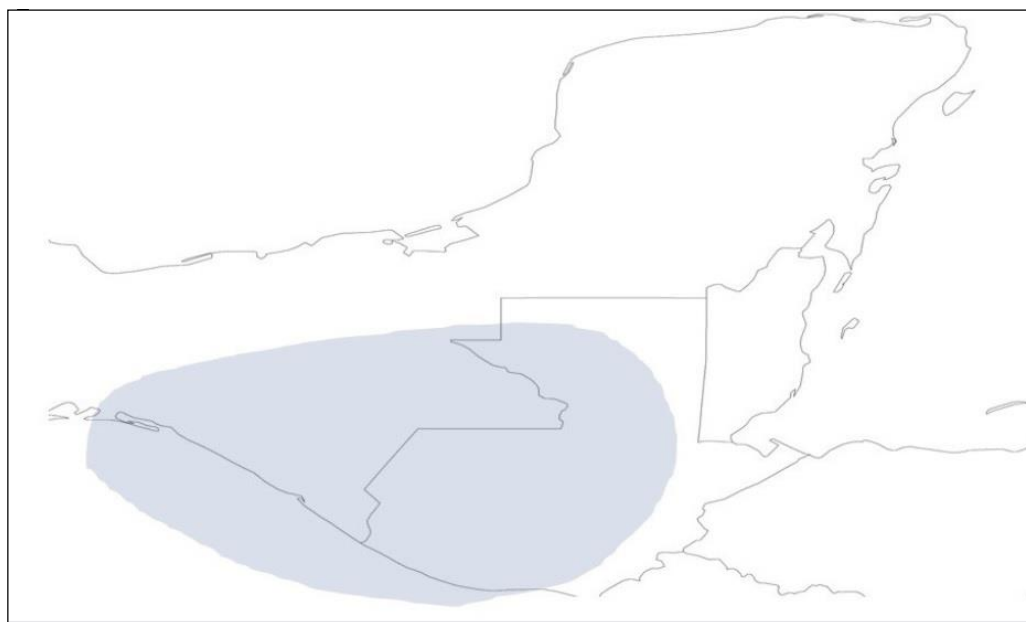
O sul da fronteira sul: processos de (in)mobilidade e redistribuição populacional.

Até outubro de 2018, o comportamento imaginário dos fluxos migratórios na fronteira sul do México era caracterizado pela natureza clandestina das pessoas que entravam no país e seu destino comum: os Estados Unidos. Esses grupos foram encontrados tentando passar despercebidos pelos habitantes locais e pelos membros do órgão governamental que os criminalizava ou perseguia, de modo que foram observados vagando dispersamente por parques e praças públicas, pedindo dinheiro em ruas e cruzamentos e fazendo sua viagem na parte de trás da *Bestia*. Esses movimentos foram observados principalmente em resposta às profundas crises econômicas e políticas que dominaram os países do norte da América Central, onde seus habitantes partiram em uma jornada em busca de melhores condições de vida. Esse imaginário

foi dominante por muito tempo, embora a composição dos fluxos tenha mudado significativamente e o trem tenha parado de transportar migrantes em 2014 com a implementação do Plano de Fronteira Sul, em uma nova etapa de contenção dos fluxos migratórios em resposta às exigências impostas pelos países do norte para regular as entradas clandestinas que ocorriam, principalmente buscando chegar aos Estados Unidos. Nesse sentido, o México tornou-se um filtro que regula e administra os fluxos migratórios continentais e transformou o país em uma fronteira vertical.

Com o surgimento das chamadas Caravanas de migrantes no final de 2018, essa percepção foi transformada, inaugurando uma dinâmica e uma política de migração no México – e na região – com impactos que ainda estamos longe de avaliar completamente. Em particular, a fronteira sul do México representa o ponto nodal dessa transformação do deslocamento coletivo no sistema migratório regional e sua articulação com a dinâmica da mobilidade continental.

Figura 2: Região sul da fronteira sul



Fonte: Elaboração própria

Na realidade, o fenômeno das Caravanas, como um processo que descreve o movimento em massa de migrantes, não é novo, pois desde 2010 tem havido uma série de movimentos de migrantes circulando em massa no país. Um exemplo disso são as chamadas "Caravanas de Mães de Migrantes Desaparecidos", que todos os anos, há pelo menos 15 anos, percorrem o país em grandes contingentes tentando encontrar seus filhos e filhas que desapareceram em trânsito pelo México. Também a marcha chamada "Viacrucis Migrante" foi formada em volume no início de 2018 por centenas de pessoas de origem centro-americana que decidiram sair e cruzar o país em grupos para buscar asilo nos Estados Unidos. No entanto, as Caravanas de Migrantes representam uma nova modalidade na composição de grupos de migrantes e na implantação politizada de fluxos populacionais na região.

O fenômeno das caravanas de migrantes contemporâneas ocorreu no contexto do fortalecimento de uma política cada vez mais restritiva e de contenção dos fluxos migratórios, bem como do enfraquecimento do sistema de asilo nos Estados Unidos e no México. Isso se consolidou com a chegada à presidência da extrema direita estadunidense em 2017, onde o discurso de ódio e criminalização dos migrantes se aprofundou, não apenas com relação aos nacionais do México, mas também da América Central.

Paralelamente à mudança de administração no México e à chegada de Andrés Manuel López Obrador à presidência do país, o México promoveu um discurso e uma prática governamental contraditórios com relação ao tratamento dado pelo país aos migrantes. Por um lado, deu sinais de abrir suas fronteiras e respeitar os direitos humanos dos migrantes no México ao assinar o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular em dezembro de 2018, que buscava tornar a migração mais segura e digna para as pessoas; Mas, por outro lado, estabeleceu uma série de acordos com a administração do governo dos EUA para fortalecer os controles migratórios e militarizar a fronteira sul, enviando milhares de agentes da recém-criada Guarda Nacional. Os processos de securitização regional deram uma guinada importante com a implantação desses corpos militares para controlar e gerenciar os fluxos populacionais.

Em outubro de 2018, ocorreu a primeira Caravana de migrantes centro-

americanos, que gerou grande expectativa e cobertura da mídia nacional e internacional, devido ao ineditismo de sua convocação por meio das redes sociais e à irrupção de quase 7.000 pessoas que se reuniram na ponte fronteira de Tecún Umán (Guatemala) e Ciudad Hidalgo (México) tentando entrar no país, de forma massiva e visível, limitando assim sua tradicional clandestinidade. A composição dos contingentes também era inédita, pois eram formados por famílias inteiras, com crianças pequenas e de colo, e havia até mesmo a presença de idosos no grupo, principalmente de Honduras. Nesse primeiro caso, a atitude do governo mexicano parecia ser de confusão ou espanto; no entanto, sua primeira reação foi conter violentamente a população na fronteira, enviando forças de segurança federais para impedir a entrada das famílias no México.

No entanto, depois de entrar no estado de Chiapas, muitos de seus membros foram levados para um abrigo temporário nas instalações da Feira Mesoamericana, que de fato representava uma extensão da Estação de Migração do Século XXI, onde muitos dos migrantes foram posteriormente deportados; muitos outros começaram a solicitar o status de refugiado no México, e outros ainda desistiram da viagem devido ao cansaço e às condições predominantes ao longo do caminho. O grupo em massa foi diluído ao longo dos processos fronteiriços efetivamente implementados em toda a região: começando em Chiapas, estendendo-se até o Istmo de Tehuantepec, no estado de Oaxaca, filtrando-se para o centro do país e sendo diluído e disperso no território fronteiriço do norte do México.

Embora o poder do contingente mobilizado tenha se enfraquecido, a pressão exercida por esse movimento sobre a opinião pública do país em relação ao tratamento dado aos migrantes no México gerou uma visão diferenciada que começou a polarizar o setor social. Por um lado, sinais de solidariedade e apoio foram evidentes durante grande parte da viagem; no entanto, em Chiapas, a pressão exercida em nível local por essa presença maciça de pessoas começou a ter um impacto na vida cotidiana da região. Em Tapachula, por exemplo, os solicitantes de asilo que haviam iniciado seu procedimento nessa cidade não puderam sair do estado e foram obrigados a permanecer na cidade; além disso, em novembro de 2018, a Feira Mesoamericana foi fechada e dezenas de pessoas ficaram presas nas ruas da cidade. Assim, os aluguéis aumentaram e muitas pessoas ficaram vagando em espaços públicos, especialmente

em parques, abrigos e casas para migrantes. A impossibilidade de movimento começou a tomar forma na fronteira, e a (in)mobilidade tem definido até hoje a gestão estatal dos fluxos humanos em toda a área, tornando o país um "país-tampão" e um território de espera (Musset, 2015).

Em janeiro de 2019, formou-se uma segunda Caravana, cuja composição era diversa, pois, embora predominassem os contingentes originários da América Central, já se juntavam populações de várias outras nacionalidades da América do Sul e do Caribe, que constituíam um núcleo de cerca de 13.000 pessoas. No entanto, mais uma vez, esse contingente massivo estava pressionando o nível local, e tanto os governos quanto a sociedade viram suas capacidades excedidas, o que começou a gerar tensões e conflitos em relação a essa população em movimento nos espaços locais em que estavam presentes. Assim, quando a Caravana chegou à Cidade do México, as expressões abertas de rejeição da população, bem como dos funcionários públicos, tornaram-se muito mais evidentes. Essa situação de conflito se agravou na cidade fronteiriça de Tijuana, onde o grupo recebeu ameaças e agressões da população local e até mesmo de pessoas dos Estados Unidos que chegaram à cidade com a missão expressa de manifestar sua aversão à presença desses grupos, deixando claro para eles que não seriam bem-vindos se ousassem tentar cruzar a fronteira. Dessa forma, em fevereiro de 2019, o governo federal encerrou as poucas possibilidades que havia implementado para a gestão desse corpo coletivo de migrantes, como o Programa Emergencial de Emissão de Cartões de Visitante por Razões Humanitárias, o que representou uma clara mudança no tratamento dos migrantes a partir daquele momento.

Assim, com a terceira onda de movimentos massivos registrada em abril de 2019, o tratamento dos migrantes foi transformado e resultou em uma rota regulatória contrária às diretrizes internacionais às quais o México aderiu. Uma primeira mudança implementada pelo governo federal foi a substituição do Cartão de Visitante por Razões Humanitárias por um Cartão de Visitante Regional, em consonância com a proposta do governo Peñíscola, que em outubro de 2018 promoveu o programa "Você está em sua casa", que se destinava - em discurso - a fornecer trabalho temporário a migrantes da América Central que já estavam no México. No entanto, esse trabalho seria baseado exclusivamente nos estados do sudeste do país, onde uma série de

projetos de desenvolvimento seria implementada para impulsionar os mercados de trabalho na área e onde os migrantes também poderiam ser empregados. Na prática, essa mudança na política migratória implicou uma permanência forçada na área de fronteira e estabeleceu o México não apenas como um país fronteiriço, mas também sua consolidação como um país que controla, suprime, administra e, às vezes, reprime os fluxos populacionais ao longo da fronteira. Não se sabe ao certo o que aconteceu com a população que se juntou a essa terceira onda migratória, pois muitas delas deixaram o local por conta própria, muitas foram levadas para a estação migratória Siglo XXI e outras foram imediatamente deportadas. Assim, com a extensão das estadias migratórias governamentais para os territórios civis municipais e o confinamento das populações, criou-se um limbo social e processual que cansou e enfraqueceu as causas da mobilidade das populações e, como não podiam entrar ou continuar no território nem retornar ao seu país de origem, alguns migrantes ficaram presos nessa área de fronteira, onde se pode observar como a fronteira foi estendida e transbordou para o interior do país.

O ponto alto desses movimentos migratórios, que explica, em parte, a política contraditória do governo federal em relação à migração, ocorreu em maio de 2019 no contexto da ameaça do governo dos EUA de impor uma tarifa sobre os produtos de exportação do país se o México não contivesse os fluxos migratórios que entram por sua fronteira sul, a partir daí as pressões, punições tarifárias, e o endurecimento do discurso anti-imigrante pelo governo Trump, que colocou no imaginário público a ideia de uma invasão de seu país, criminalizando-os e considerando-os perigosos, incutindo medo na população por meio da política do terror via Twitter, e significou para o governo mexicano uma aceitação de fato das condições estabelecidas pelos Estados Unidos, e desdém e omissão por parte dos líderes centro-americanos em relação ao destino de seus concidadãos.

Dentro do processo de contenção e gerenciamento dos fluxos migratórios na região, os Estados Unidos continuaram a pressionar todos os países da região para gerenciar e conter o movimento populacional, e o México, em particular, teve que gerenciar com maior ênfase a chegada de pessoas que pretendiam chegar aos Estados Unidos para buscar asilo naquele país. Para esse fim, parte das negociações entre os dois países foi a proposta do governo Trump de designar o México como um "terceiro

país seguro" para os solicitantes de asilo da América Central. Essa noção de um Terceiro País Seguro pressupõe que as pessoas que buscam asilo em um país – os Estados Unidos – podem receber o mesmo tipo de proteção em outro país – o México – e, portanto, esse outro país teria que solicitar o reconhecimento da condição de refugiado, enquanto essas populações permaneceriam sob seus cuidados pelo tempo que durar esse processo.

Nesse caso, o México sempre indicou – em seu discurso – sua não aceitação e repulsa a tal proposta; no entanto, na prática, o México começou a receber centro-americanos que solicitaram refúgio nos Estados Unidos, e eles foram devolvidos a uma cidade fronteiriça no norte do país, onde permaneceram sob os cuidados de órgãos civis, religiosos e governamentais enquanto eram chamados para entrevistas para determinar sua situação. O México argumentou que havia aceitado essas devoluções de seus estrangeiros por razões humanitárias. A partir de então, essa prática, que deveria ser temporária, foi ampliada. Assim, o programa que mais tarde ficou conhecido como Protocolo de Proteção ao Migrante ou "Fique no México" aumentou a vulnerabilidade desses grupos ao forçar os migrantes a esperar no México por seus procedimentos de asilo nos Estados Unidos. O escopo e os desafios que esse programa trouxe para o México já foram documentados, pois somente em 2019, o programa teve 64.144 migrantes centro-americanos e migrantes de outros países latino-americanos inscritos no programa, o que aumentou a situação dessas populações, pois os tempos de entrevista e resolução se tornaram cada vez mais longos devido às listas de espera intermináveis e informais em que as pessoas e suas famílias se inscrevem para tentar acessar o programa, deixando-as em um limbo legal no México e com crescente incerteza sobre seus casos nos Estados Unidos. Como resultado, muitas pessoas abandonam suas inscrições, pois os longos períodos de espera colocam centenas de milhares de pessoas sob pressão econômica, de saúde e de emprego. Muitos foram até mesmo sequestrados por grupos do crime organizado em Tamaulipas, Sonora e Baja California, dando continuidade à espiral de violência contra essas populações. Assim, embora o México tenha se recusado a ser um Terceiro País Seguro, as pressões sobre a Guatemala e Honduras continuaram e esses países cederam à ideia de se tornarem os filtros para a contenção, proteção e retorno dos contingentes de migrantes, de modo que a densidade territorial se expandiu e a imagem de uma fronteira

transbordante se materializou nos territórios da região.

Por fim, a declaração de uma pandemia global em 2020 devido à presença do vírus SARS- COV-2 destacou novamente as desigualdades sociais e econômicas no mundo e estabeleceu uma série de restrições à entrada e permanência de pessoas em movimento globalmente. Os apelos à permanência em casa, ao isolamento e ao autoconfinamento recomendados por autoridades governamentais e de saúde contradiziam as necessidades prementes de mobilidade de grandes contingentes populacionais, como migrantes, refugiados e deslocados, e evidenciavam a crise do sistema de asilo e refugiados nos países, inaugurando uma pandemia de governança de fronteiras e mobilidade em nível global (Garrapa e Camargo, 2021). O fechamento das fronteiras terrestres e aéreas e as deportações expressas colocaram as populações móveis em uma situação ainda mais precária. Os discursos e as práticas governamentais promoveram um discurso de risco e perigo - agora relacionado à saúde - em relação às populações migrantes e àquelas que precisam de proteção internacional. Esse processo foi observado mais claramente na região com a entrada em vigor do chamado Título 42 nos Estados Unidos, que foi uma medida invocada pela administração Trump que, por motivos de saúde, negou a entrada de pessoas e mercadorias nos Estados Unidos a fim de evitar a propagação de doenças transmissíveis. Nesse sentido, o Bureau of Customs and Border Protection foi autorizado a expulsar migrantes sem documentos de forma expedita, evitando o reconhecimento do direito dos migrantes de buscar asilo e violando tratados internacionais sobre o assunto. Como uma extensão do programa *Quédete en México*, o governo mexicano aceitou o retorno por terra, não apenas de seus próprios cidadãos, mas também dos cidadãos da Guatemala, El Salvador e Honduras. Como resultado, 60% das expulsões dos Estados Unidos ocorreram sob a justificativa de invocar o Título 42, gerando uma saturação excessiva dos mecanismos de atendimento humanitário ao longo de toda a faixa de fronteira norte do país e a exposição a roubos, extorsões e sequestros de toda essa massa de pessoas expulsas e rejeitadas nos Estados Unidos. A recente mudança no governo Biden tentou reverter essa lei, no entanto, as disposições legais que regulam a rejeição de migrantes e refugiados continuaram até 2022.

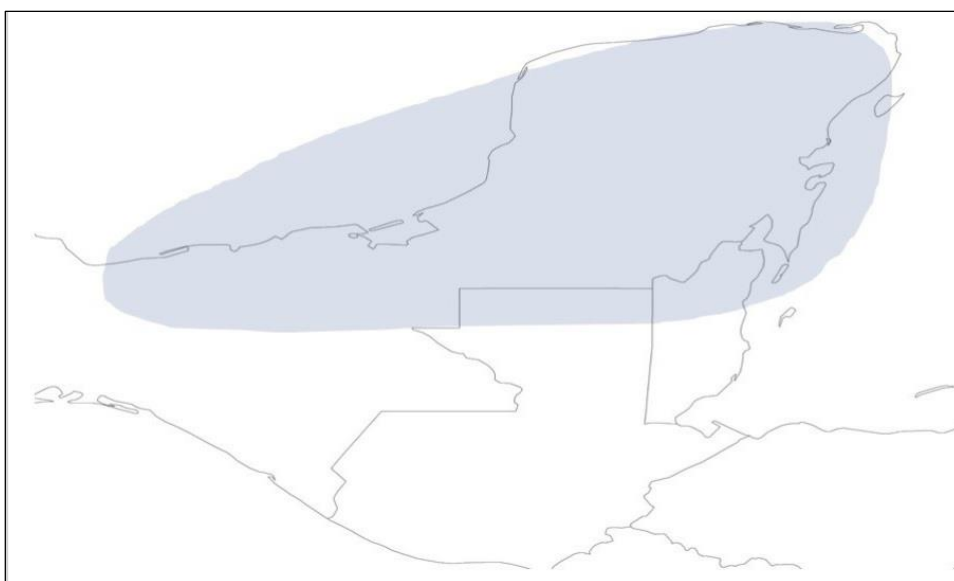
Os processos descritos aqui mostram a crise dos sistemas de asilo na região, a resposta falaciosa dos governos dos países de origem e um aumento acentuado da

precariedade e do risco em que milhares de pessoas atualmente realizam deslocamentos populacionais e travessias de fronteira. É por isso que a fronteira sul do México e seus atuais processos de fronteira são estabelecidos como um nó seletivo dos fluxos continentais contemporâneos.

O norte da fronteira sul: processos de redesenvolvimento territorial.

Nessa regionalização, incluímos os estados mexicanos de Campeche, Yucatán e Quintana Roo, territórios em que os processos de (in)mobilidade populacional foram historicamente estruturantes: populações maias do Petén guatemalteco se estabeleceram em tempos pré- colombianos, contingentes ibéricos chegaram durante a conquista, populações de outras regiões do país e do mundo (como os menonitas) orientadas para a colonização e o controle da fronteira após a independência colonial, e um longo etc. que se estende até os dias atuais. Mesmo assim, a relevância contemporânea dos processos de migração internacional é claramente inferior à das rotas tradicionais concentradas no litoral e no corredor central de Chiapas ou, em menor escala, em Tenosique (Tabasco). Em termos de migração, e nas palavras dos próprios migrantes, trata-se de uma "fronteira fria" (Prieto, 2017), na qual, no entanto, esses processos de mobilidade no sul se conectam a uma série de reconfigurações territoriais geoestratégicas das quais certos megaprojetos são um sintoma e um paradigma.

Figura 3: Região ao norte da fronteira sul



Fonte:Elaboração própria

Assim, a região se destaca pelo surgimento e concentração de diferentes megaprojetos que se articulam de diferentes formas com os processos de (in)mobilidade humana na parte sul da Fronteira Sul, tanto para enraizar estruturalmente as populações residentes, quanto para apoiar os migrantes em curto prazo, criando "muros de bem-estar", "cortinas de desenvolvimento" ou "zonas de prosperidade". Essa dialética já mostra sua orientação e função para o controle e a instrumentalização de contingentes migratórios que seriam diretamente transferidos, ou indiretamente redirecionados, das zonas de entrada para aquelas de sua eventual instrumentalização. Essa orientação também pode ser vista na função das infraestruturas e capacidades institucionais existentes e em funcionamento, sob a lógica da vigilância e do controle: postos de controle, centros de detenção e centros de confinamento de migrantes superlotados, com pessoas detidas em diferentes partes da região sob uma variedade de condições: administrativas (se estiverem aguardando a resolução de seus pedidos de asilo), judiciais (se estiverem em centros de detenção), de saúde (quarentenas preventivas), entre outras. O corolário dessa dinâmica problemática seria perguntar: o que fazer (e onde) com os migrantes detidos na região, incapazes de continuar, e que não querem ou não podem retornar ao seu local de origem?

Apesar de a noção de megaprojetos possibilitar a superação dos nomes específicos sob os quais são apresentados, das noções com as quais são justificados e das estruturas conjunturais em contínua reconstrução, eles são política e ideologicamente carregados, o que nos impede de ter uma visão complexa de seus diferentes aspectos. Preferimos, em termos analíticos, usar o termo "projeto de reordenamento territorial", pois isso destaca seu significado como delimitadores de novos espaços ou regiões fronteiriças e, é claro, sua ligação com os processos de (in)mobilidade populacional. Nos séculos XIX e XX, esses projetos andaram de mãos dadas com dinâmicas de apropriação privativa e desapropriação de bens comuns (terra, território, língua, cultura, sementes) e, ao mesmo tempo, de desterritorialização, proletarização e mobilização das populações residentes, operando como mecanismos de expulsão, atração, retenção e instrumentalização de populações locais e estrangeiras, de forma consistente com as zonas de cercamento, controle, circulação e atração indicadas neste artigo.

É a partir dessa perspectiva histórica e geopolítica de longo prazo que a inter-relação entre megaprojetos e (in)mobilidades deve ser interpretada. Tentativamente, qualquer projeto de reorganização territorial está associado a pelo menos dois processos de redistribuição populacional, e não há exemplo mais gráfico do escopo dessa afirmação do que o gráfico "American Progress". Ele ilustra tanto os processos históricos quanto sua continuidade contemporânea: à medida que a modernidade avança, a reorganização do território expulsa, atrai e articula vários tipos de (in)mobilidade (não apenas humana).

Figura 4: "Modernidade" entre megaprojetos e (in)mobilidades



Fonte: American Progress (1871), de John Gast.

A relação simbiótica entre a melhoria das condições de vida da população para que ela não migre, associada à exploração de seus territórios por projetos de grande escala, continua a orientar as políticas públicas na região. Vale a pena observar como muitos dos megaprojetos em andamento, apesar de estarem focados em aspectos como comunicação, transporte, comércio, indústria e turismo, estão ancorados em processos ligados às (in)mobilidades humanas. Para os fins deste artigo,

apresentaremos brevemente, de forma concisa e resumida, os projetos de reordenamento territorial mais relevantes em andamento, a fim de estabelecer as bases para essa problematização¹².

Esses grandes projetos, considerados dentro dos Planos Nacionais de Desenvolvimento do México, também são considerados interconectados e como um andaime para o Programa de Desenvolvimento Integral para o Sul do México e a América Central. Nomeado pelo governo mexicano no final de 2018 (diante da emergência das Caravanas de migrantes e das ameaças tarifárias do governo dos EUA), foi adotado e defendido pela CEPAL em maio de 2019. O programa tem sido alternativamente referido como "Plano de Desenvolvimento Integral para a América Central e o México", ou "Plano de Desenvolvimento Integral para El Salvador-Guatemala-Honduras-México", quando a CEPAL o apresenta, ou "Plano de Desenvolvimento Integral Semeando Vida e Juventude Construindo o Futuro" (quando o México o sinaliza). Várias dessas referências já apontam para o papel de liderança que o México assumiu na consolidação e expansão desse programa com diferentes países da América Central. Em tempos muito recentes, ele também foi chamado de "Semeando Oportunidades para o Desenvolvimento do México e da América Central", uma vez que os Estados Unidos decidiram participar dele (mas não com o mesmo nome do programa social mexicano) por meio de sua agência de cooperação internacional, a USAID. Esse programa tem como objetivo detonar o desenvolvimento da região centro-americana por meio de uma reorganização territorial transfronteiriça, vinculada à multiplicação de megaprojetos¹³, que ajuda a canalizar devidamente os

¹² Como esse não é o foco principal deste artigo, em trabalhos futuros mostraremos uma problematização mais complexa e intrincada, que abrange vários séculos, na qual se manifesta esse vínculo estrutural entre projetos de reordenamento territorial e processos de redistribuição populacional, constitutivos desses espaços fronteiriços no sul do México, com uma perspectiva comparativa com outros espaços fronteiriços continentais.

¹³ O Programa propõe o desenvolvimento de cinco megaprojetos em um horizonte de cinco anos, incluindo a extensão do projeto Tren Maya para a América Central. A Guatemala já anunciou a construção de seu próprio projeto gêmeo, o Tren Rápido de Guatemala, que, sob uma lógica e justificativa semelhantes, ligaria os 22 departamentos do país aos principais portos e alfândegas por meio de um trem de alta velocidade que cruzaria a fronteira de Tecún Umán, San Marcos, até Santa Lucía Cotzumalguapa, Escuintla. Outros megaprojetos contemplados nesse programa incluem uma usina de energia em Puerto Cortés (Honduras); a interconexão elétrica entre o México e a CA; uma rede rodoviária na fronteira entre o México e a Guatemala; e um gasoduto de quase 1.000 quilômetros de extensão entre o México e San Pedro Sula (Honduras).

processos de redistribuição populacional, buscando fortalecer o direito de permanecer em oposição ao impulso de migrar. Esse Programa, além de sua nomenclatura, incorpora dois projetos de reorganização territorial nos territórios de nosso interesse: *Sembrando Vida* e *Tren Maya*.

O programa público federal *Sembrando Vida* propõe o pagamento de uma quantia mensal a pessoas que tenham 2,5 hectares para o cultivo comercial de árvores frutíferas e madeiras, bem como outras culturas básicas para autoconsumo. O programa tem uma versão, "Faixa de Fronteira", que incorpora componentes de controle migratório e inserção precária de migrantes no mercado de trabalho. Além disso, apesar da falta de análise sobre sua eficácia no território mexicano, ele é proposto como uma política transfronteiriça de colaboração geoestratégica com os países da América Central, que leva em conta variáveis ambientais e socioeconômicas constitutivas e características dos processos migratórios.

O *Tren Maya* (TM), principal projeto de infraestrutura e desenvolvimento do atual governo, é o mais paradoxal e paradigmático das inter-relações entre projetos de reorganização territorial e processos de redistribuição populacional (Deniau, Flores e Prieto, 2019; Grupo Conacyt Territorios del Tren Maya, 2020). O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2019-2024 o inclui entre os seis programas regionais que "garantirão emprego, educação, saúde e bem-estar" (Presidência da República: 20), por meio da criação e articulação de novos polos de desenvolvimento desde a Península de Yucatán até a costa de Chiapas.

Também vale a pena mencionar tangencialmente o papel fundamental a ser desempenhado nessa relação pelo chamado Corredor Transisthmiano, que pretende ligar os portos e nós comerciais de Coatzacoalcos, em Veracruz, a Salina Cruz, em Oaxaca. Ele inclui a construção de um trem (que seria conectado ao Tren Maya), rodovias, linhas de fibra óptica e toda uma rede de concessões de terras para a expansão de portos e a instalação de indústrias. As próprias características do território istmiano e do trem planejado, que será gerenciado pelo Ministério da Defesa Nacional por causa de sua natureza geoestratégica e confinado por causa de sua velocidade, revelam uma aparente contradição: a infraestrutura para acelerar o comércio implicará a construção de um muro que complica as (in)mobilidades como elas têm sido até agora.

Dessa forma, o vínculo entre a reordenação territorial da fronteira e os projetos de desenvolvimento e processos de distribuição populacional adquire uma perspectiva regional e se articula em torno de determinadas infraestruturas (com ênfase especial nas ferrovias), um programa de política pública específico (Sembrando Vida) e uma área de atenção transversal, mas aparentemente secundária (os processos de (in)mobilidade humana). Esses escopos nos permitem reconsiderar o espaço unívoco da fronteira em geral, mas da "fronteira sul do México" em particular, como "uma área permeável, nem limitada nem limitante, onde se concentram processos de conexão conflituosa entre espaços caracterizados por dinâmicas produtivas e reprodutivas heterogêneas" (Trincherro, 2007: 192).

Propostas conceituais para uma abordagem da complexidade das fronteiras

Esse caráter flexível e dinâmico, tanto da conceituação de "fronteira" quanto de seu alcance em termos das (in)mobilidades humanas que as atravessam, torna necessário propor um marco analítico particular e novas categorias que levem em conta a complexidade, o dinamismo, a adaptabilidade e a simbiose entre processos territoriais, migratórios e socioambientais, adaptados aos tempos atuais, sem deixar de considerar as contribuições que até agora contribuíram para o debate sobre eles.

Nesse contexto cada vez mais complexo, as zonas de expulsão, atração, confinamento e circulação entre as fronteiras políticas e a nova *fronteira ístmica* anunciam uma confluência e inter-relação dos processos de (in)mobilidade humana nesses territórios que chamamos aqui de *territórios fronteiriços*. Estamos interessados em definir o *território fronteiriço em termos do espaço* vivenciado por meio da história, da memória narrada e da experiência das pessoas, bem como por meio dos múltiplos processos de organização territorial; mas também o consideramos como aquele espaço em disputa e em permanente redefinição, no qual se materializam as lógicas de apropriação, desapropriação e controle das práticas de administração dos territórios e de suas populações e a disputa por recursos. Assim, embora o território - tradicionalmente considerado uma faixa de fronteira - esteja contido por um espaço previamente definido no consenso da nação, isso não significa que não existam territórios que possam pertencer a territorialidades diversas e aparentemente antagônicas (Nievas, 1994). Essas dinâmicas e seu alcance se reproduzem de maneira

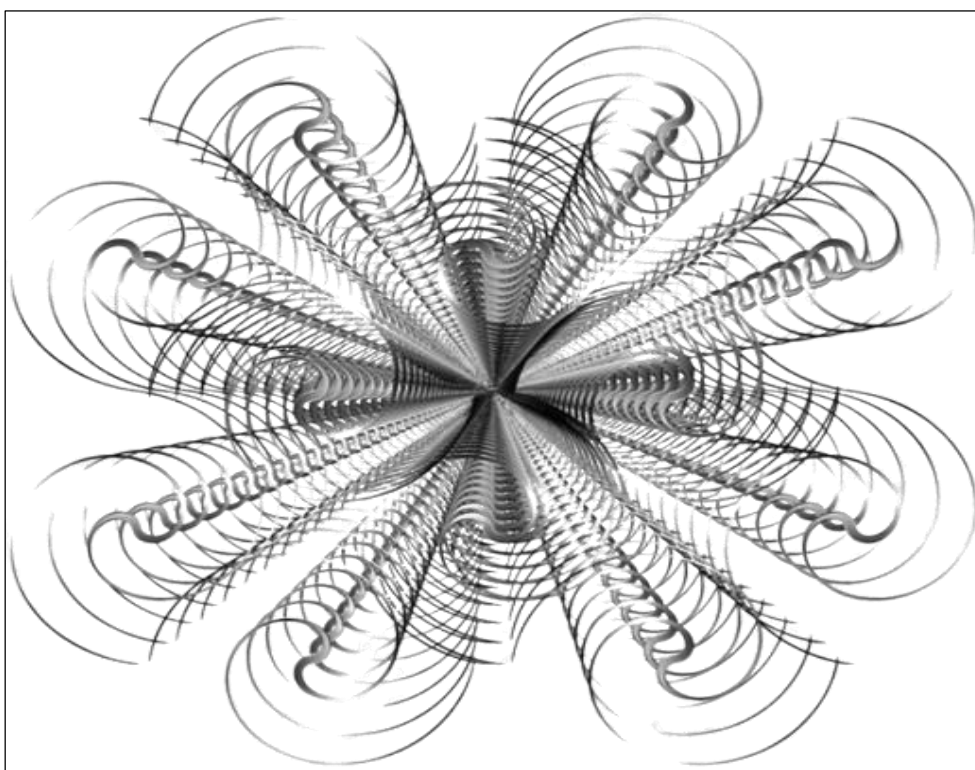
particular no restante dos países da região, razão pela qual é pertinente estabelecer a conexão entre territórios que podem não ser adjacentes, mas sobre os quais são aplicadas políticas e visões estrategicamente inter-relacionadas e que compartilham processos sociais transversais, como movimentos migratórios ou planos de desenvolvimento regional. Operacionalmente, os atuais territórios fronteiriços e os padrões de mobilidade podem ser vinculados ao desenvolvimento de um mercado de trabalho transnacional que faz parte da integração econômica norte-americana, definida pelo aumento contínuo da competitividade por meio da precarização do trabalho, da seletividade e da mobilidade do trabalho e da flexibilização do processo de trabalho; processos que operam com a implementação dos programas de desenvolvimento na região - já descritos - e suas múltiplas derivações locais e regionais. Os territórios fronteiriços não se limitam à delimitação tradicional da fronteira, mas operam na multiplicidade e na complexidade do fato fronteiriço que foi narrado aqui e do desdobramento das formas e dos processos de fronteira que se materializam na fronteira-outra que nos interessa destacar.

Além disso, esses espaços fronteiriços são dinamizados pela presença de diversos atores - públicos e privados, legais e ilegais -, por práticas governamentais, pela complexidade dos fluxos populacionais presentes e pelos processos de planejamento territorial que visam a articulá-los, gerenciá-los e controlá-los.

Assim, com a implementação de mecanismos práticos e ideológicos que promovem um sentido de desenvolvimento na territorialidade do sul do país, o México se configura como um espaço fronteiriço como um todo, e os núcleos fronteiriços em sua qualidade densa. A densidade está localizada em sua dimensão territorial, e é nesses *territórios densos* que se desenvolvem processos complexos que envolvem a ação governamental e a disputa de territórios por diversos atores e interesses. Assumimos a *densidade* como o acúmulo e a concatenação de um grande número de eventos e processos de enorme complexidade que ocorrem em um determinado espaço, neste caso, nos territórios que fazem fronteira com o sul do país e seus múltiplos processos de fronterização. A densidade implica uma multiplicidade de rotas, redes, plataformas, dinâmicas, estruturas, políticas públicas e imaginários que nos levam a complementar nossa proposta conceitual com a noção de *vórtice migratório*. Vórtice é um conceito que retomamos das ciências naturais por seu poder e potencial

de análise transdisciplinar, e que se refere ao movimento de circulação ou rotação de grandes escalas de ar ou fluido, convergindo em torno de um ponto ou área, e que naturalmente tem a capacidade de se mover, alimentado pelo encontro de todas essas correntes em direção aos espaços ideais para sua reprodução.

Figura 5: A noção de Vortex

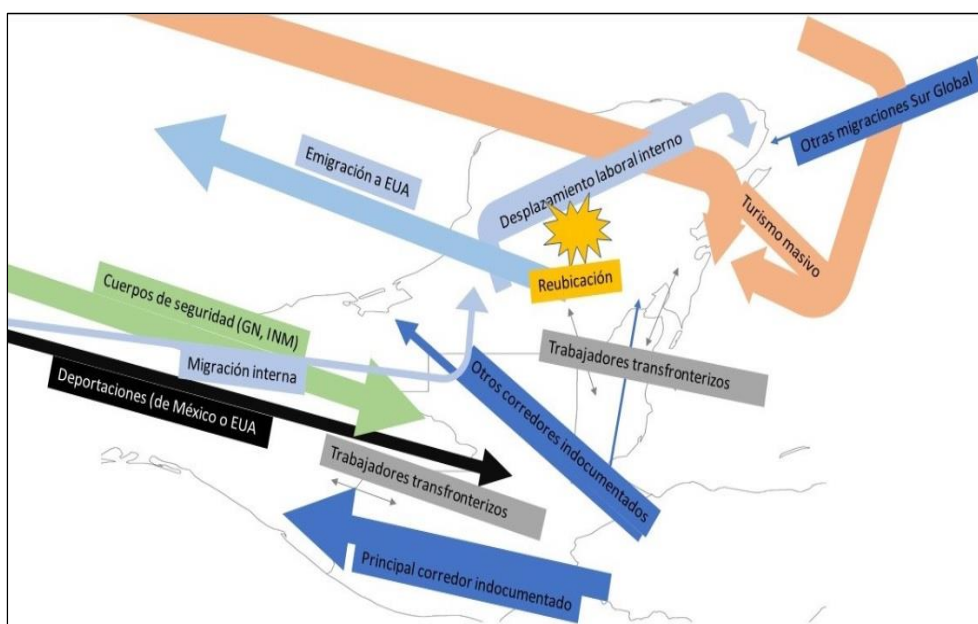


Fonte: <https://www.pngegg.com/es/png-nysfq>

O sentido em que adotamos e adaptamos esse conceito busca refletir a multiplicação e a articulação de diferentes tipos, escalas e intensidades de (in)mobilidades humanas expulsas, atraídas, contidas e circulando entre uma série de complexos territoriais (infraestruturas, legislações, mercados) articulados entre as duas fronteiras da fronteira sul. O *vórtice migratório* permite inter-relacionar a migração de trânsito do Sul Global que é imobilizada, detida, deportada, transferida ou que aguarda políticas de controle de fronteira; visitantes e trabalhadores fronteiriços, principalmente da Guatemala; a chegada de trabalhadores estrangeiros qualificados de empresas transnacionais que detêm concessões para megaprojetos em andamento; o deslocamento interno de populações indígenas mexicanas para mercados de

trabalho precários no setor de turismo da Riviera Maya, ou realocadas (com ou sem consentimento) pelos próprios projetos, ou pela dinâmica associada a eles; a multiplicação de elementos da Guarda Nacional de outros estados da República, mobilizados tanto pela relevância geoestratégica dos projetos quanto pela dinâmica da violência e vários tráficos associados; o turismo de massa e a gentrificação urbana e rural. A partir dessa noção, pretendemos descentralizar como estruturante qualquer tipo particular de deslocamento, buscando antes compreender o todo em termos de sua articulação com o *território denso* dos processos fronteiriços: a concentração, articulação e simultaneidade de uma diversidade de (in)mobilidades articuladas em um território nos permite (des)desenhar o transbordamento da fronteira tradicional e (re)desenhar as fronteiras emergentes.

Figura 6: (in)mobilidades no "vórtice de migração".



Fonte: Elaboração própria.

A noção de *vórtice migratório* nos permite problematizar e visualizar como a multiplicação de projetos de reordenamento territorial está relacionada ao surgimento de novas formas de (in)mobilidade humana, sua acumulação e articulação com formas tradicionais, tanto internas quanto regionais e internacionais, multiplicando rotas, direções, temporalidades, intensidades e escalas, e como cada uma dessas relações

desenha, de fato, diversos limites e fronteiras, tanto físicas quanto imateriais. Embora, à primeira vista, a noção de vórtice possa nos fazer pensar em fenômenos conflituosos (devido à associação comum e direta dessa figura com furacões ou fenômenos naturais violentos), também é necessário descentralizar nossa interpretação antropocêntrica deles para considerá-la e trabalhar com ela como um fundamento analítico da estrutura mais ampla dos equilíbrios socioecossistêmicos.

Como resumo e corolário, podemos dizer que, com a noção de *vórtice migratório*, enfatizamos a interconexão - nem sempre violenta, nem sempre plácida - que é produzida entre esses dois espaços regionais por meio da articulação entre diversos projetos de reordenamento territorial e múltiplos processos de redistribuição populacional no *denso território da fronteira* entre o México e a América Central.

Conclusões: abordagens inovadoras para a complexidade transfronteiriça.

Embora as linhas de fronteira entre países e regiões permaneçam mais ou menos estáveis, pelo menos nas temporalidades que podemos vivenciar como pessoas e como sujeitos sociais, em um mundo em constante (e crescente) movimento, os territórios e as fronteiras não param de se transformar. A ação humana nos territórios fronteiriços é constante e isso gera uma multiplicidade de fronteiras - outras além de sua concepção administrativa centrada no Estado. E, sem dúvida, um dos processos sociais mais relevantes em termos de territórios fronteiriços são os processos de (in)mobilidade humana.

Essa série ou conjunto de ações humanas e sociopolíticas, orientadas para a ocupação, o controle e a produção de territórios e, portanto, para a delimitação de diferentes tipos de fronteiras, constituem algumas das arestas de um grande projeto de reordenamento - não mais apenas territorial ou econômico, mas também populacional - não apenas no sul-sudeste mexicano, mas também em muitos outros sul-sul globais. Trata-se de uma expressão renovada de uma dinâmica histórica ligada a um projeto ideológico que busca a colonização de territórios e sua inserção subordinada em circuitos comerciais globais (Prieto e Benítez, 2020). Esses processos de reordenamento territorial produzem, atraem e interagem com uma ampla gama de processos de redistribuição populacional, claramente identificáveis - mas não apenas - no espaço fronteiriço que nos interessa aqui.

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que esses projetos de reorganização territorial continuam a se justificar pelo suposto atraso que esses territórios mantêm em relação ao ideal de desenvolvimento - seja ele consubstanciado nas "melhores práticas" ou na comparação com outros territórios e suas variáveis macro e microeconômicas. O imaginário em torno desse conceito, juntamente com o discurso em torno da riqueza e do potencial da região, justifica visões centralistas sobre o que é "necessário" e, portanto, sobre "como e onde ordenar" o que é aparentemente desordenado. Parece óbvio pensar que, ao reordenar o território - e particularmente um território que é o maior corredor migratório do mundo -, as (in)mobilidades também serão reordenadas. Isso é consistente com o mantra global contemporâneo de "migração legal, ORDENADA e segura".

A natureza estratégica de qualquer espaço fronteiro é reforçada, no nosso caso, pela relevância geopolítica do território da "fronteira sul", como um espaço em permanente disputa: entre países limítrofes no que diz respeito à sua definição; entre poderes de fato dentro e fora do Estado moderno (e dentro e fora da legalidade) pelo seu controle e exploração; e até mesmo entre países hegemônicos e dependentes pela sua soberania de fato. Isso concentra nesse território fronteiro um amálgama de agendas às vezes coordenadas, às vezes contraditórias, mas quase sempre justapostas, que geram a sensação de um espaço "fora de controle", embora ao mesmo tempo seja excessivamente controlado e quase sempre um controle permanentemente disputado.

A crescente complexidade na conformação, características, direções e significados dos processos de mobilidade humana global são explicitados nesses territórios, onde já não encontramos apenas migrantes de países vizinhos, nem mesmo exclusivamente da esfera regional (América Central e Caribe), mas também dos crescentes contingentes continentais e globais de outras regiões do sul global, como Ásia e África. Além de fortes processos de mobilidade interna de outros estados do país, e um número crescente de turistas ou migrantes privilegiados do norte global.

Cada um desses processos de mobilidade humana na região está, por sua vez, vinculado às delimitações de suas fronteiras: cada nacionalidade tem diferentes períodos de tempo e situações de origem, bem como uma caracterização administrativa que pode facilitar ou dificultar a obtenção de documentos para

continuar seu trânsito e, portanto, delimita as fronteiras do que é possível em termos de mobilidade. Essa não é uma situação definidora, pois se há algo que sabemos com certeza é que, diante de todas as limitações e fronteiras, os migrantes acabam encontrando brechas e fissuras para seguir em frente.

Assim, as transformações nos territórios fronteiriços têm impactos específicos nos processos migratórios, que podem ser rastreados até os territórios de origem, já que, em muitos casos, fazem parte de processos articulados, dando origem a um ecossistema migratório. Os projetos de redensolvimento territorial costumam ser a causa e a origem de certos deslocamentos populacionais e continuarão a acompanhá-los durante toda a sua jornada, formando uma relação simbiótica em muitos casos: os processos de deslocamento forçado, seja devido a desequilíbrios e desigualdades nas condições de vida, ao impacto de um megaprojeto ou a um fenômeno natural, são articulados de várias maneiras com os territórios que atravessam ou para onde se dirigem: especulação urbana e rural e gentrificação, despovoamento e políticas de controle populacional, articulação com mercados de drogas, armas, tráfico de órgãos e formação de mercados de trabalho duplos em novos polos de desenvolvimento. Como exemplo, a diminuição dos salários para empregos primários devido à alta oferta de trabalhadores precários (migrantes locais e regionais), juntamente com a chegada de outras populações trabalhadoras migrantes extrarregionais altamente especializadas e bem remuneradas, alimentará dinâmicas e conflitos de coexistência intercultural em ambientes altamente competitivos. De acordo com alguns cenários apresentados pela UN-Habitat, em 2030 a região terá 17,3 milhões de habitantes, quase 15% a mais do que neste ano, e receberá mais de 34 milhões de turistas em 2030, um aumento de 25% em relação a 2020¹⁴.

Esses são apenas alguns dos elementos da complexidade transfronteiriça que estamos começando a identificar e a problematizar como parte das propostas analíticas para essa região. Essa é uma primeira abordagem da importância da estruturalidade que está por trás da urgência das conjunturas e, para isso, acreditamos que é

¹⁴ Entendemos que esse cálculo também é um cenário hipotético, pois os dados são compartilhados no início de novembro. Também é um pouco enganador, pois 2020 certamente foi um ano atípico em termos de turismo e mobilidade devido à pandemia da COVID-19.

necessário renovar a forma como olhamos para esses espaços flexíveis. Um olhar que também ultrapasse os marcos disciplinares das ciências sociais para contribuir com uma reflexão transdisciplinar em que os elementos sociais interagem, se comunicam e influenciam os processos da natureza e dos territórios, permitindo também superar a dialética que comumente associa certos processos de mobilidade humana a imaginários conflituosos, tumultuados e violentos da natureza - onda, corrente, avalanche -.

Uma proposta que, afinal, ainda é provisória, mas que merece ser pensada não apenas nas formas de pensar os territórios e os processos sociais, mas também nas propostas metodológicas para abordar e repensar a articulação entre territórios, fronteiras e (in)mobilidades. Um posicionamento que não é mais apenas teórico ou metodológico, mas também profundamente político, social e ambiental. Basta dizer, por enquanto, que é com base nessas propostas e iniciativas que contribuimos com visões inovadoras dos processos regionais à luz das propostas conceituais do *território denso* e do *vórtice migratório*, com as quais tentamos atualizar e tornar mais complexa a análise e a compreensão desses *limites* e de suas diferentes (in)mobilidades nas múltiplas fronteiras-outras que estão se formando atualmente.

Referências

- AGNEW, JOHN; e OSLENDER, ULRICH (2010). "Overlapping Territorialities, Disputed Sovereignty: Empirical Lessons from Latin America" (Territorialidades sobrepostas, soberania disputada: lições empíricas da América Latina). Em *Tabula Rasa*, nº 13, pp. 191-213.
- AMILHAT, A-L, e FOURNY, M.C. (eds.) (2006). *Après les frontières, avec la frontière. Nouvelles dynamiques transfrontalières en Europe*. Paris, França: Editions de l'Aube.
- AMILHAT, A-L. E ROUVIÉRE (2009). "Des dynamiques transfrontalières au bilan d'aménagement du territoire: Innovations et blocages dans les Andes centrales (Chili-Pérou-Bolivie)". *Reveu Mosella*, Edição Especial "Frontiers and Development".
- APPADURAI, ARJUN (1996). *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization* (Dimensões culturais da globalização). Minnesota University Press.
- BASAÍL RODRÍGUEZ ALAÍN (2018). "Reconfiguraciones geopolíticas de la Frontera Sur de México: Crítica de sus gramáticas transnacionales" In, *Cuadernos de Nuestra América*, Vol. XXVII, No. 51 (janeiro-junho de 2018). CPI de Havana, 2018.
- BRITOS CASTRO, ANA VICTORIA (2012). "Cartografías de lo subalterno. Rachaduras, fissuras e deslocamentos nas democracias latino-americanas". Em Catelli, Laura; e M.ª Elena Lucero. *Términos claves de la teoría poscolonial latinoamericana: despliegues, matices, definiciones*. UNR Editora, Rosario.
- CANALES, ALEJANDRO (2013). "Migração e desenvolvimento em sociedades avançadas. Uma perspectiva latino-americana". *Polis, Revista Latino-Americana*. Vol. 12, nº 35: 85-117.
- CAMARGO M. ABBDEL (2020). "Migraciones laborales y su lógica de representación: Apuntes para la comprensión del desarrollo de los sistemas migratorios regionales". Em Gandini,

Luciana (Coord.) Temas y aproximaciones actuales para el estudio de las migraciones y movilidades en las Américas. Universidade Nacional Autónoma de México, UNAM, México.

CARIÑO, MARTHA MICHELINE (2000). "Tres modelos para el análisis histórico de las relaciones hombre/espacio en SudCalifornia (1500-1940)". Em Salvador Bernabéu, Albert. El Septentrión novohispano: Ecohistoria, Sociedades e imágenes de frontera: 21-38. Conselho Superior de Pesquisas Científicas, Madri.

CECEÑA, ANA ESTHER; e PRIETO DÍAZ, SERGIO (2020). "Mirando al Sur: megaproyectos, fronteras e (in) movilidades". Em Grupo CONACYT Territorios del Tren Maya (coord.). ECOSUR, México.

CENTRO URBANO (2020). "Emiten recomendaciones para mitigar impacto negativo del Tren Maya" (Recomendações para mitigar o impacto negativo do Trem Maia). Em <https://centrourbano.com/2020/11/10/impacto-negativo-tren-maya/>

COMITÊ DE ASSUNTOS DA FRONTEIRA SUL DO SENADO (2016). Programa de trabalho. Em https://www.senado.gob.mx/comisiones/asuntos_fronterizos_sur/docs/Programa1_LXIII.pdf

CONABIO (2020). Corredor Biológico Mesoamericano. Em

<https://www.biodiversidad.gob.mx/corredor/corredorbiomeso.html>

CONAGUA (2018). Estadísticas de água no México. Em http://sina.conagua.gob.mx/publicaciones/EAM_2018.pdf

CHAKRABARTY, DIPESH (N/D). "A Short History of Subaltern Studies" [Uma breve história dos estudos subalternos]. Em Annals of Declassification. Supplementary Papers. Universidade de Chicago. Em www.desclasificacion.org

DENIAU, YANNICK; FLORES, ADRIAN; e PRIETO DÍAZ, SERGIO (2019). O Trem Maia: um novo projeto de articulação territorial na Península de Yucatán. GeoComunes/Conselho Civil Mexicano para a Silvicultura Sustentável. México.

DE SOUSA SANTOS, BOAVENTURA (2011). "Introdução: Epistemologias do Sul". In CIDOB (org.). "Formas otras: saber, nombrar, narrar, hacer". CIDOB Ediciones, Barcelona. DE VOS, JAN (1993). "Las fronteras de la frontera sur: reseña de los proyectos de expansión que configuraron la frontera entre México y Centroamérica". Universidad Juárez Autónoma de Tabasco- Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social", Villahermosa, Tabasco, México.

DOMENECH, EDUARDO (2013). Las migraciones son como el agua: hacia la instauración de políticas de "control con rostro humano" (As migrações são como a água: rumo ao estabelecimento de políticas de "controle com rosto humano"). Revista Polis, nº 35.

DÜVELL, FRANK (2003). "The Globalization of Migration Control" [A Globalização do Controle da Migração]. Em Henke, Holger (ed.) Crossing Over: Comparing Recent Migration in the United States and Europe. Lexington Books.

ESTUPIÑÁN SERRANO, MARY LUZ (2014). "Migration Management: on the governance of migration on a global scale". In Sociológica, ano 29, nº 81, janeiro-abril: 263-281.

FÁBREGAS PUIG, ANDRÉS (2013). "Vivir la frontera sur de México"; em BOVIN, PHILIPPE (dir.). Las fronteras del istmo: Fronteras y sociedades entre el sur de México y América Central. Centro de Estudios Mexicanos e Centroamericanos, México. Em <http://books.openedition.org/cemca/641>.

FERNÁNDEZ BRAVO, ÁLVARO (2012). "Temporalidades juxtapuestas en la contemporaneidad latinoamericana: nacionalidad, colonialidad y postcolonialidad". Em Catelli, Laura; e M.ª Elena Lucero. Términos claves de la teoría poscolonial latinoamericana: despliegues, matices, definiciones. UNR Editora, Rosario.

GARRAPA A. MARY e CAMARGO M. ABBDEL, (2021), "Governança pandêmica de fronteiras e mobilidades: Comparative realities at the international level" Boletín (Trans)Fronteriza, Ano 2, Número 11, Boletín del Grupo de Trabajo: Fronteras, Movilidades y Comercios, CLACSO, novembro. <https://www.clacso.org/boletin-11-transfronteriza/> GREGORY, DEREK (1989). "Aereal

Differentiation and Post-Modern Human Geography", em Gregory, Derek; e Rex Walford (eds.), Horizons in human geography, MacMillan, Londres. GRIMSON, A (2003). Processos de fronteira: fluxos, redes e historicidade. Em García, C. I. (Comp.) "Fronteras, territorios y metáforas". Hombre Nuevo Editores, Medellín, Colômbia. GUSTAFSON, PER (2009). "Mobility and Territorial Belonging" (Mobilidade e pertencimento territorial). Environment and Behavior, vol. 41 n° 4, pp. 490-508.

HARVEY, DAVID (2004). "The new imperialism: accumulation by dispossession" [O novo imperialismo: acumulação por desapropriação]. Em Pantich, Leo e Colin Leys (eds.), El nuevo desafío imperial: 99-129. Merlin Press - CLACSO, Buenos Aires.

INEGI (1990). IX Censo Geral de População e Habitação. Em <https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/1990/>

INEGI (2010). Censo de População e Habitação. Em <https://www.inegi.org.mx/programas/ccpv/2010/>

LANDER, EDGARDO (2000). "Conhecimento para quê? Conhecimento para quem? Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos". Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, Vol. 6, Nº 2: 1-24.

_____(2000b). "La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas". CICCUS-CLACSO, Buenos Aires. Em www.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/lander.

MÁRQUEZ COVARRUBIAS, HUMBERTO (2010). "Desarrollo y migración: una lectura desde la economía política crítica". Em Migración y Desarrollo, No. 14: 59-87. Rede Internacional sobre Migração e Desenvolvimento, Zacatecas.

MONMONIER, MARK (2012). "No Dig, No Fly, No Go: Como os mapas restringem e controlam". Em Progress in Human Geography, 36:2, 282-289.

NAIL, THOMAS (2016). Theory of the Border [Teoria da Fronteira]. Oxford University Press, Nova York.

POPESCU, GABRIEL (2011). Bordering and Ordering the Twenty-first Century: Understanding Borders [Limites e ordenação do século XXI: Compreendendo as fronteiras]. Editora Rowman e Littlefield.

PRIETO DÍAZ, SERGIO (2017). Cartografias da subalternidade migratória: bestialidade, desumanidade e contra-hegemonia no contexto do Plano de Fronteira Sul do México. Tese de doutorado, menção honrosa. Universidad Iberoamericana, México.

PRIETO DÍAZ, SERGIO (2021). "Del Camino Real de Tierra Adentro al Tren Maya: entre el control de los caminos y las (in) movilidades descontroladas". Em Miradas Ferroviarias: los ferrocarriles peninsulares. Centro de Documentación e Investigación Ferroviarias (CEDIF), Centro Nacional para la Preservación del Patrimonio Cultural Ferrocarrilero. México. Ano 14, nº 41, janeiro-abril. <https://www.miradaferroviaria.mx/cruce-caminos-41-01/>

PRIETO DÍAZ, SERGIO; BENÍTEZ, JORGE; e LEAL GÓMEZ, ALEJANDRINA (2020).

"Vías de comunicación, reordenamiento territorial y reconfiguración de las (in) movilidades humanas en península de Yucatán y la Frontera Sur de México". Em Benítez, J. A.; e Escalona Segura, G. (coords), Impacto de las Vías de Comunicación sobre la Fauna Silvestre de Áreas Protegidas: estudios de caso para el Sureste de México. El Colegio de la Frontera Sur.

SANDOVAL, JUAN MANUEL (2009). "Integración regional subordinada, saqueo de recursos estratégicos, migraciones forzadas y lucha por la soberanía en el continente americano"; em Álvarez de Flores, Raquel; e Juan Manuel Sandoval Palacios. Alternativas de regionalização Vs. integração subordinada na América Latina. Más allá del neoliberalismo. Universidad de los Andes e Instituto Nacional de Antropología e História, Venezuela-México.

TRINCHERO, HÉCTOR HUGO (2007). "Aromas de lo exótico (retorno del objeto): para una crítica del objeto antropológico y sus modos de reproducción". Colección Complejidad Humana, Editorial SB, Buenos Aires.

WALLERSTEIN, IMMANUEL (1974). The modern world system (O sistema mundial moderno).